



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL POR SISTEMA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº 27/2022**

Objeto: Registro de Preços para Prestação eventual de serviços técnicos profissionais de Veterinária Médica para esterilização cirúrgica (castração) em fêmeas caninas do município de Sobradinho/RS

Tipo de julgamento: menor preço por item.

Data de abertura: 03/06/2022 -09:30 horas

O MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **09:30 horas do dia 03 do mês de junho do ano de 2022**, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Sobradinho, localizada na Rua General Osório – nº 200, Centro, CEP 96.900-000, reunir-se-ão pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº1309/2013 e 2234/2018, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, visando a aquisição do objeto descrito no preâmbulo deste edital, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº **3.534, de 07/04/2006**, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações da Lei Complementar Federal nº 147, de 08 de agosto de 2014, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, demais regulamentações pertinentes, e pelas condições previstas neste Edital e seus anexos.

O edital completo poderá ser obtido pelos interessados no site da Prefeitura Municipal de Sobradinho – RS, www.sobradinho.rs.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (51) 3742-1098 ou no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente. O Setor de Licitações não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital.

1. DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação Registro de Preços para Prestação eventual de serviços técnicos profissionais de Veterinária Médica para esterilização cirúrgica (castração) em fêmeas caninas do município de Sobradinho/RS, conforme descrição no anexo I- Termo de Referência

2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para os quais se sugere a seguinte inscrição:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AO MUNICIPIO DE SOBRADINHO/RS

Edital de Pregão Presencial RP nº 27/2022

Envelope nº 01- PROPOSTA

Proponente:

Email e telefone:

AO MUNICIPIO DE SOBRADINHO/RS

Edital de Pregão Presencial RP nº 27/2022

Envelope nº 02- DOCUMENTAÇÃO

Proponente:

Email e telefone:

2.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados em original, ou por cópia com autenticação procedida por tabelião, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Sobradinho - RS, ou ainda pela juntada das folhas de publicação em órgão da imprensa oficial onde tenha(m) sido publicado(s).

2.2. Os documentos necessários para participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes às propostas e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil (Língua Portuguesa).

2.3. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados, mediante reconhecimento da assinatura do tabelião ou notário do país de origem, que tiver reconhecido a firma do emitente de tais documentos além de serem traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

2.4. O CNPJ/MF indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação deverá ser o mesmo do estabelecimento da empresa que efetivamente faturará e fornecerá o objeto da presente licitação.

2.5. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fac-símile, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preço.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade ou outro documento oficial equivalente.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão:

- a)** comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;
- b)** apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (vide Anexo IV).

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado e autenticado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, com firma reconhecida, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame (vide Anexo III).

C) Se o Licitante for Pessoa Física, deverá apresentar:

a) Comprovante de inscrição no CPF, (cópia, devidamente autenticada, ou acompanhada do original);



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- b) Cópia do Documento de Identidade;
- c) Declaração de habilitação (conforme anexo ao edital);

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.5. No caso de entrega dos envelopes por remessa postal ou outro meio que não seja o seu representante legal, o credenciamento da licitante se dará:

a) quando a proposta e demais documentos estiverem assinados pelo representante legal, a licitante deverá enviar cópia autenticada do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social;

b) quando assinado por pessoa que não seja o representante legal, a licitante deverá enviar cópia autenticada do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social acompanhado de instrumento público ou particular de procuração ou carta de credenciamento, nos termos da alínea “b” do item 3.3, para efeitos de comprovação dos poderes para assinar tais documentos.

3.5.1. Nessa hipótese, os referidos documentos deverão ser enviados fora dos envelopes, juntamente com a declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação – Anexo IV e com os envelopes nº 01 e nº 02.

3.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte que desejar utilizar os benefícios contidos na Lei Complementar 123/2006 e suas alterações deverá apresentar, no momento do credenciamento, a certidão expedida pela Junta Comercial ou declaração assinada pelo contador (conforme modelo do Anexo VII), **do ano corrente**, comprovando enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte, para fins de aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, disciplinados pelos itens 6.15 a 6.18 e 7.3 deste edital. No caso do licitante se enquadrar como Microempreendedor Individual (MEI), a comprovação do enquadramento será realizada através do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI).

Obs.: Se a empresa apresentar declaração assinada pelo contador, esta deverá estar acompanhada da Certidão de Regularidade Profissional do contador signatário em vigor, emitida pelo site http://sistema.crcrs.org.br/SPW/crpentrada_mod01.htm.

3.6.1. As cooperativas de consumo que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), também gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 a 6.18



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

e 7.3, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem o documento citado no item 3.6 deste edital.

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

5. DA PROPOSTA DE PREÇO:

5.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 dias contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, deverá ser datada e assinada pelo representante legal da empresa (vide Anexo II), ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

a) razão social da empresa ou dados da Pessoa Física;

b) Endereço completo/E-mail e telefone;

c) preço unitário líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros (da propriedade até o local da esterilização e vice-versa), que correrão por conta da licitante vencedora, bem como deverá compreender todos os custos com medicação pré e pós-cirúrgica incluindo a anestesia, necessárias para a esterilização.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, 02 (duas) casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.1.2. Os lances serão pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**

6.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em último lugar, até a proclamação da vencedora.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

6.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, o sorteio será realizado pelo próprio sistema, para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.4.1. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.4.2. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 30 (trinta) segundos para apresentar nova proposta.

6.5. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.6. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 14.5, alínea "c" deste edital.

6.7. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.8. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.9. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.10. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.11. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.12. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b)** forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c)** afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- d)** contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.13. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

previstas no edital.

6.14. Encerrada a sessão de lances do item/lote, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06 e suas alterações, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte ou as cooperativas de consumo que atenderem ao item 3.6, deste edital.

6.14.1. Entendem-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa, pela empresa de pequeno porte e cooperativa de consumo equiparada sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.15. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa de consumo equiparada detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa de consumo equiparada, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas de consumo equiparadas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

6.16. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa de consumo equiparada satisfizer as exigências do item 6.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.17. O disposto nos itens 6.15 a 6.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa de consumo equiparada.

6.18. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.19. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto ao setor de licitações deste Município, conforme subitem 15.1 deste edital.

6.20. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão a licitante deverá apresentar, dentro do



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, IV, da Lei de Licitações (vide anexo V);
- f) declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358-02 (vide anexo VI);

7.1.1.1. Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.1 (letras “a”, “b” e “d”), a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto no item 3 deste edital.

7.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado (DIRE) ou do Município (Alvará), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- b) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, emitida pelo www.tst.jus.br/certidao.

Para Pessoa Física:

- a) Comprovante de situação cadastral no CPF e CNPJ quando MEI



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado (DIRE) ou do Município (Alvará), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- c)** prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS);
- d)** prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e)** prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- f)** prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (se for MEI e tiver funcionario);
- g)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, emitida pelo www.tst.jus.br/certidao.

7.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a)** Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor do Foro da Sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede da pessoa física.

7.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A qualificação técnica deverá ser comprovada com a apresentação dos seguintes documentos:

- a)** Indicação do profissional responsável pelo procedimento de castração, bem como endereço do local onde serão realizados os procedimentos;
- b)** Registro ou inscrição e comprovante de regularidade no CRMV(Conselho Regional de Medicina Veterinária) do médico(a) veterinário(a), responsável pela execução dos serviços objeto desta licitação.
- c)** Registro ou inscrição e comprovante de regularidade no CRMV(Conselho Regional de Medicina Veterinária) do estabelecimento onde serão realizados os serviços.

7.1.5.1 - Os documentos apresentados deverão ser:

- a) original ou cópia autenticada ou publicação no Diário Oficial da União (com resolução e a data de publicação visíveis): original, obtida via Internet ou cópia legível autenticada, com as informações pertinentes assinaladas;
- b) documento obtido via Internet: original ou cópia reprográfica sem autenticação.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

7.1.5.2 - As Declarações que não tenham sido assinadas por sócio-gerente ou diretor da empresa, identificado no CRC (Certificado de Registro Cadastral) ou no Ato Constitutivo, deverão vir acompanhadas de **Procuração** ou **Credenciamento** que conceda poderes ao signatário, exceto se o documento relativo ao signatário tiver sido apresentado no momento de credenciamento do certame.

7.1.5.3 - Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes à **matriz ou à filial (razão social e CNPJ)** da empresa que ora se habilita para este certame licitatório. Entretanto, serão aceitos para efeito de habilitação documentos emitidos em nome da matriz e válidos para todas as filiais, desde que esta condição esteja expressa.

7.2. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação constante no item 7, poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor (exceto para as declarações exigidas e os documentos do subitem 7.1.4), desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

Observação: Caso algum dos documentos fiscais ou trabalhistas obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

7.3. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.6.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos no item 7.1.2 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.3.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.3.2. Ocorrendo a situação prevista no item 7.3, a sessão do pregão será encerrada após o julgamento da habilitação da empresa licitante.

7.3.3. O benefício de que trata o item 7.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.3.4. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 14.4, alínea a, deste edital.

7.4. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de inutilização do envelope.

8. DA ADJUDICAÇÃO:

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a(s) licitante(s) que ofertar(em) os menores preços por item será(ão) declarada(s) vencedora(s),



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

sendo-lhe(s) adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

9.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

9.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O Registro de Preços será formalizado por meio da Ata de Registro de Preços, publicada nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações (vide Anexo VIII).

10.1.1. Da Ata de Registro de Preços constarão os preços, fornecedores e condições a serem praticadas, conforme definido neste Edital.

10.2. Os preços registrados não poderão ultrapassar o preço praticado no mercado.

10.3. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O Registro do Preço não obriga a aquisição total da quantidade estimada.

10.5. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

10.5.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ou elevação daqueles praticados no mercado.

10.5.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração:

- a) convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação e comprovado por meio de pesquisa de mercado que o preço registrado é superior aos praticados, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocará os demais fornecedores registrados visando igual oportunidade de negociação.

10.5.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

10.5.4. Não havendo êxito nas negociações, a Administração poderá, mediante devida comprovação, conceder reequilíbrio financeiro para o fornecedor.

10.6. Ordens de compra já emitidas não serão objeto de reequilíbrio de preços.

11. DO PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, a Administração, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de FORNECEDORES a serem registrados, convocará a empresa vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, que deverá firmar a contratação no prazo instituído no subitem abaixo, sob pena de decair de direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

11.1.1. A licitante terá prazo de até 5 (cinco) dias úteis para assinatura da Ata, contados da data de convocação feita, pela Administração.

11.2. O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

11.2.1. O término de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

12. DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21.6.1993.

12.2. Caso o contratante não se utilize da prerrogativa de rescindir a ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida,



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

sem prejuízo da incidência das sanções previstas neste Edital, na Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993 e demais disposições legais pertinentes.

12.3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993.

12.4. O licitante reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666, de 21.6.1993.

13. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

13.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo previsto no subitem 13.1.1 deste Edital, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Ocorrer quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21.6.1993;
- e) Presentes razões de interesse público

13.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência, comprovada, de caso fortuito, força maior, fato de príncipe, fato da Administração ou interferências imprevistas.

14. DAS PENALIDADES:

14.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, o FORNECEDOR sujeitar-se-á às sanções de advertência, multa, suspensão temporária de licitar com a Administração Pública Municipal, direta e indireta, e declaração de inidoneidade, sendo que as sanções de suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser acumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão contratual ou cancelamento do registro.

14.2. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis, conforme Art. 87, § 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, contados da respectiva intimação.

14.3. Pela inadimplência das obrigações assumidas, o FORNECEDOR, caso não seja aceita a sua justificativa, estará sujeito às penalidades previstas nos arts. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993 e art. 7.º da Lei Federal 10.520, de 17.07.2002.

14.4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo máximo de 35 (trinta e cinco) dias corridos, a contar da data da emissão da notificação de lançamento do débito emitida pela Secretaria Municipal de Finanças. Se o valor da multa não for pago, será automaticamente descontado do pagamento a que a



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATADA fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

14.5. Pelo inadimplemento das obrigações, conforme conduta e infração estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame, que deveria apresentar por força do Ato Convocatório.

Penalidade: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor total da quantidade estimada para os itens para os quais a licitante concorreu;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão.

Penalidade: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos;

c) deixar de manter a proposta com recusa injustificada para contratação.

Penalidade: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor total da quantidade estimada dos itens vencidos pela licitante;

d) executar a Ata de Registro de Preços com irregularidades, desde que passíveis de correção durante sua execução e que não causem prejuízo ao resultado.

Penalidade: advertência.

e) executar a Ata de Registro de Preços com atraso injustificado, até o limite de 15 (quinze) dias corridos.

Penalidade: multa diária de 0,5% sobre o valor total da ordem de compra a que se refere o atraso;

e.1) Ultrapassado o prazo mencionado na letra “e” será considerado como inexecução da Ata de Registro de Preços;

f) inexecução parcial da Ata de Registro de Preços.

Penalidade: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido da Ata.

g) inexecução total da Ata de Registro de Preços.

Penalidade: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor total da quantidade estimada da aquisição dos itens registrados para a fornecedora.

h) causar prejuízo material com culpa ou dolo resultante diretamente de execução contratual.

Penalidade: multa de 10 % sobre o valor total da quantidade estimada da aquisição dos itens registrados para a fornecedora e/ou declaração de inidoneidade e/ou a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

prazo de até 2 anos, de acordo com a gravidade do dano.

i) no caso de não assinatura da Ata de Registro de Preços ou no caso de acumular mais de uma advertência pelo mesmo motivo.

Penalidade: aplicação de multa de 2% sobre o valor total da quantidade estimada da aquisição.

j) apresentar documentação falsa exigida para o certame.

Penalidade: declaração de idoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor total da quantidade estimada dos itens para os quais a licitante concorreu;

14.6. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

14.7. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Sobradinho, no setor de Compras e Licitações, ou pelo e-mail licitacao@sobradinho-rs.com.br, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data marcada para recebimento dos envelopes.

15.2. Impugnações e recursos referentes a este edital deverão ser protocolados com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data marcada para recebimento dos envelopes, no caso das impugnações, no Setor de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, na Rua General Osório – nº 200, Centro, CEP 96.900-000. Não serão aceitos impugnações e recursos enviados por e-mail ou via postal (correios).

15.3. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Compras e Licitações ou no veículo de imprensa oficial do Município, sendo de total responsabilidade dos interessados o acompanhamento.

15.4. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

15.5. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

15.6. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

15.7. As cópias extraídas da internet de documentos serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

15.8. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, sobre o valor inicial contratado.

15.9. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

15.10. O pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.11. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93).

15.12. Solicitações de reequilíbrio financeiro, de reajuste contratual e quaisquer outras dúvidas referentes a este processo licitatório, deverão ser feitas através de processo administrativo devidamente protocolado no Setor de Licitações.

15.13. Fica eleito o Foro da Comarca de Sobradinho para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e da ata dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

15.14. Constituem anexos do presente edital:

ANEXO I: Termo de Referência

ANEXO II: Modelo de Proposta

ANEXO III: Modelo de Credenciamento

ANEXO IV: Modelo de Declaração de Habilitação

ANEXO V: Modelo de Declaração Menor

ANEXO VI: Declaração Contador

ANEXO VII: Minuta da Ata

ANEXO VIII: Plano de trabalho

Sobradinho – RS, 20 de maio de 2022.

ARMANDO MAYERHOFER
Prefeito Municipal



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para Prestação eventual de serviços técnicos profissionais de Veterinária Médica para esterilização cirúrgica(castração) em fêmeas caninas do município de Sobradinho/RS

1.1. Descrição e quantidade estimada para contratação:

Item	Und	Quant	Especificações	Valor Unit.
1.	und	90	Castração de fêmeas caninas até 10,5 kg	
2.	und	90	Castração de fêmeas caninas de 10,6 kg até 20,5 kg	
3.	und	90	Castração de fêmeas caninas acima de 20,5 kg	

2. JUSTIFICATIVA

Atender à necessidade da Secretaria de Saúde do Município, por meio de controle populacional de animais de rua por meio de esterilização cirúrgica em fêmeas caninas, no combate à zoonoses(doenças transmitidas entre animais e seres humanos) como raiva e a Leishamiose, doença já constatada no município minimizando assim os problemas inerentes à superpopulação de cães , promovendo equilíbrio entre a saúde pública e o bem estar dos animais.

3. DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1. A realização dos serviços deverá ser em estabelecimento devidamente licenciado para este fim.

3.2. Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente inscritos no CRMV(Conselho Regional de Medicina)

3.3. O valor a ser ofertado deverá compreender todos os custos diretos e indiretos referente ao objeto licitado, bem como os custos de anestesia, medicações pré e pos-operatórias/ anestesia , necessárias para a realização da esterilização, transporte(busca e devolução do animal na propriedade)

3.7. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue mensal, junto ao setor de compras deste município, acompanhada do relatório e autorizações da Secretaria de Saúde para o período.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

4. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

4.1 Realizar os pagamentos, conforme disposições do Edital, receber os serviços de acordo com o solicitado, fiscalizar e notificar a empresa em caso de irregularidades.

5. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1. Executar os serviços na forma, prazo e nas condições exigidas, sob pena de aplicação das penalidades previstas em Lei e neste Edital.

5.2. Todas despesas, com medicamentos, frete e demais custos relativos a perfeita execução dos serviços;

6. PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado contra empenho, mensal, por intermédio da Secretaria de Finanças do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, autorizações da Secretaria de Saúde e relatório de execução.

6.2. **Para fins de pagamento**, a licitante vencedora, deverá informar à Tesouraria do Município – ou em sua Proposta de Preços (envelope nº 01) – o **banco, nº da agência e o nº da conta** para depósito correspondente. A referida conta deverá estar **em nome da pessoa jurídica**, ou seja, da licitante vencedora.

6.3. A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do pregão e o número da ordem de compra, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do documento e posterior liberação para pagamento.

6.4. O pagamento será efetuado no prazo de 15 dias do recebimento definitivo.

6.5. Para fins de pagamento, a FORNECEDORA deverá comprovar sua regularidade com a fazenda federal, estadual e municipal (da sede da licitante e do município de Sobradinho) e com o FGTS.

7. Sobradinho, 20 de maio de 2022.

Secretário de Saúde

Ag.Administrativo



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II

**FORMULÁRIO MODELO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA REFERENTE
AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2022**

RAZÃO SOCIAL:.....

CNPJ: _____ **FONE/FAC-SÍMILE:** _____

E-MAIL: _____

Item	Unidade	Quant	Especificações	Valor U
1				
2				
3				
4				
5				

LOCAL E DATA:

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO III

CRENCIAMENTO

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade com RG n.º _____, para participar em procedimento licitatório, consistente no **Pregão Presencial nº 27/2022**, podendo praticar **todos** os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito da representada, inclusive os poderes para formular lances, negociar preços, interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

_____, em _____ de _____ de 2022.

**Nome completo e assinatura do representante legal da empresa
(RECONHECIDA EM CARTÓRIO)**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(Razão Social da Licitante), por meio de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, que cumpra plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital do **Pregão Presencial nº 27/2022**.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2022.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

LEMBRETE: *Essa declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro fora dos envelopes de proposta e documentação, juntamente com o Credenciament*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO V

AO(À) PREGOEIRO(A)

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Licitante), por meio de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, para os fins de direito, na qualidade de licitante do presente processo licitatório, que, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7.º da Constituição Federal combinado ao inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a contar dos 14 (quatorze) anos).

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de
_____, de 2022.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO VI

AO(À) PREGOEIRO(A)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME E EPP

(Razão Social da Licitante), por meio de seu Responsável Legal e de seu Contador (ou Técnico Contábil), declaram, sob as penas da lei, que:

a) enquadra-se na situação de:

- microempresa
 empresa de pequeno porte;
 MEI

b) o valor da receita bruta anual, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3.º da Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações;

c) não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3.º, § 4.º, incisos I a X, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de
2022

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

Nome completo do contador, assinatura e número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade

LEMBRETE: *Essa declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro fora dos envelopes de proposta e documentação, juntamente com o Credenciamento e junto a esta deverá estar acompanhada a Certidão de Regularidade Profissional do contador.*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.....

Aos ___ dias do mês de _____ de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.592.861/0001-94 e com sede à Rua General Osório, 200, neste ato representado pelo Sr ARMANDO MAYERHOFER, Prefeito, no uso de suas atribuições legais, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na _____, Cidade _____ CEP: _____, Fone: (__) _____, E-mail: _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, legalmente representada por quem a subscreve, em face do resultado obtido no PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2021, resolvem registrar os preços constantes na presente Ata, parte integrante do Processo licitatório nº 14/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 – DO OBJETO E DO VALOR

1.1 – O objeto da presente Ata é o registro de preços para futuras prestações de serviços de:

Item	UND	QUANT	Especificações	Valor Unit.
4.	UND	150	Castração de fêmeas caninas até 10,5 kg	
5.		150	Castração de fêmeas caninas de 10,6 kg até 20,5 kg	
6.		150	Castração de fêmeas caninas acima de 20,5 kg	

1.2 – O Município não se responsabilizará por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados a terceiros, e nem por roubos ou atos de vandalismo ocorridos durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

1.3 – Todas as despesas com anestesia, insumos, medicamentos pré e pós-cirúrgico e transporte (frete) e deslocamento para buscar os animais, bem como a sua posterior devolução, correm por conta da CONTRATADA.

1.4 – As solicitações para a realização da esterilização serão oriundas da Secretaria de Saúde e serão de acordo com a necessidade e a demanda dos serviços.

1.5 – A empresa contratada deverá fornecer o serviço de primeira qualidade, que atenda as especificações contidas no Edital.

1.6 – A empresa deverá executar a(s) quantidade(s) solicitada(s) pelo Município, não podendo portanto, estipular o fornecimento de quantidades mínimas ou máximas.

1.7 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.8 - A empresa é responsável pela observância das todas as normas de segurança do trabalho vigentes, bem como pelo cumprimento das disposições relativas às condições e meio ambiente de trabalho, determinadas na legislação federal, estadual e/ou municipal, e outras estabelecidas em negociações coletivas de trabalho.

1.9 - A empresa é responsável pela aquisição e fornecimento de todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's necessários para a proteção de seus trabalhadores, observando as determinações previstas na Norma Regulamentadora 6 (NR6), instituída pela Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego, e suas alterações posteriores.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

2 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – O pagamento será efetuado à vista, mensalmente, no dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, de acordo com a quantidade de serviços executados no mês anterior, conforme comprovante de solicitação da Secretaria e relatório de execução dos serviços;

2.2 – Os pagamentos serão efetuados exclusivamente em conta-corrente em nome da empresa: Banco _____, Agência nº _____, Conta nº _____, não sendo permitida a cobrança via boleto bancário.

2.3 - Para pagamento, a Empresa deverá apresentar, a nota fiscal, entregue(s) de acordo com o executado no período.

2.4 – Durante todo o transcorrer da Ata de Registro de Preços e como condição da expedição da(s) Nota(s) de Empenho(s) e da efetivação do(s) seu(s) pagamento(s), a Empresa deverá manter regularizados e dentro dos seus períodos de validade, os seguintes documentos:

2.5 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portaria MF nº 358/14 e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/14).

2.5.1 - Certificado de Regularidade de Situação do FGTS;

2.5.2 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal de Santa Cruz do Sul;

2.5.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, abrangendo todos os tributos de competência do Estado e relativa à sede ou domicílio da empresa;

2.5.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa da Débitos Trabalhistas.

2.6 - Nos pagamentos efetuados após a data de vencimento, por inadimplência do Município, desde que entregue o(s) produto(s), incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento.

2.7 - O Município, conforme o caso, fará as retenções necessárias, conforme dispõe a legislação pertinente a matéria.

3 – DO EMPENHO

3.1 – A nota de empenho será emitida de acordo com o valor constante na Ata de Registro de Preços ou em seus Aditivos.

3.2 - Na nota de empenho constará, obrigatoriamente, o número do processo licitatório que deu origem ao registro de preços, o objeto do serviço, o(s) valor(es), local(ais) de execução do serviço.

4 – DO CONTROLE, DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - O Município realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços, com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para o(s) item(ns) objeto da presente Ata.

4.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.3 - Se, no decorrer da vigência da Ata, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.3.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido quanto à entrega dos materiais, sem aplicação de penalidade.

4.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação formal ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

4.5 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.5.1 - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

4.5.2 - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.5.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.5.4 - sofrer sanção prevista no Artigo 87, III ou IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

4.6 - O cancelamento do registro de preço poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

4.6.1 - por razão de interesse público; ou

4.6.2 - a pedido do fornecedor.

4.7 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

4.8 – Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

4.8.1 – A empresa deverá prever em suas propostas as altas e baixas sazonais nos preços dos produtos a serem fornecidos, os dissídios coletivos anuais das categorias profissionais envolvidas na contratação, a inflação do período de fornecimento, e outros fatores que poderão influenciar o custo do produto durante o prazo de vigência do registro de preços, uma vez que estes não estão previstos nas situações do dispositivo legal anteriormente citado.

4.8.2 – Caso o preço seja atualizado, este não poderá ser superior ao praticado no mercado.

5 – DO PRAZO

5.1 - O prazo de prestação dos serviços será de 12 (doze) meses, com previsão de início a partir do dia, podendo essa data ser antecipada, de acordo a necessidade da Administração.

5.1.1 - Caso a homologação do procedimento licitatório ocorra após a data acima determinada, o prazo de 12 (doze) meses iniciar-se-á a partir da referida homologação.

6 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 – Os recursos orçamentários para fazer frente as despesas da presente Ata serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

7 – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 – O Município se obriga a efetuar o pagamento, de acordo com o disposto nas cláusulas..... da presente ata.

8 – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

8.1 – Manter-se durante a execução do contrato, com as condições de habitação e qualificação exigidas na licitação.

8.2 – Substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto da presente Ata em que se verificarem defeitos ou incorreções.

8.3 – Responder pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante.

8.4 – Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

8.5 – A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas com perfeição e acuidade.

8.6 – Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.

8.7 – A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

8.8 – Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

8.9 – No valor registrado estão incluídas todas as despesas de fretes, taxas, impostos e seguros, medicamentos, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o serviço.

8.10 – A execução dos serviços deverá ser realizada conforme solicitação do Município e de acordo com a sua necessidade.

9 – DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

9.1 – A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á conforme o Pregão Presencial nº/2019.

10 - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 – Não será permitida a subcontratação total ou parcial, para a execução do objeto desta Ata.

11 – DAS PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou da ordem de fornecimento (nota de empenho), o Município poderá, garantida a defesa prévia, aplicar as sanções previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações, consubstanciadas com as sanções previstas na Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002, no Decreto Municipal nº 3534/2006.

11.2 - As penalidades serão: advertência; multa; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por até 05 (cinco) anos; e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.3 - Será garantido a empresa, o direito prévio da citação e da ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contra quaisquer das situações acima previstas.

11.4 - Essas penalidades serão aplicadas a critério do Município, e, sempre que aplicadas, serão devidamente registradas.

11.5 - Serão aplicadas as penalidades:

11.5.1 – quando da apresentação de declaração ou documentação falsa;

11.5.2 – por comportamento inidôneo ou cometimento de fraude fiscal;

11.5.3 – quando houver recusa injustificada da empresa em assinar o(s) seu(s) aditivo(s), ou não assiná-los dentro do prazo estabelecido pelo Município;

11.5.4 - quando houver recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento (empenho), dentro do prazo estabelecido pela Administração;

11.5.5 – sempre que verificadas pequenas irregularidades;

11.5.6 - quando houver atraso injustificado na entrega do(s) material(ais) solicitado(s) e/ou execução do(s) serviço(s) por culpa da empresa;

11.5.7 – quando não corrigir deficiência apresentada no(s) material(ais) entregue(s) e/ou no(s) serviço(s) executado(s);

11.5.8 - quando houver descumprimento das cláusulas constantes na Ata de Registro de Preços ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente.

11.6 – Para o caso previsto nos subitens 11.5.1 a 11.5.4 será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

11.7 - A advertência por escrito será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, sempre que se verificarem pequenas irregularidades (subitem 11.5.5). A sua reiteração demandará a aplicação de pena mais elevada, a critério do Município.

11.8 - A multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total registrado, para o caso previsto no item 11.5.6, limitado ao prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

11.9 - Para os casos previstos nos subitens 11.5.7 e 11.5.8 será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.

11.10 – As multas previstas nos itens anteriores não impede que o Município rescinda unilateralmente a Ata de Registro de Preços e aplique as outras sanções previstas na lei.

11.11 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

11.12 - A suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública será aplicada nos casos de maior gravidade depois de exame por Comissão especialmente designada pelo Prefeito Municipal.

11.13 – As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

11.14 – Além das situações previstas acima, os preços registrados também poderão ser suspensos pelo prazo de 01 (um) ano, facultado a defesa prévia do interessado, nos seguintes casos:

11.14.1 – Pela Administração, quando:

- a) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- b) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

11.14.2 – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

a) Na hipótese prevista no subitem 11.14.2, a Empresa deverá solicitar por escrito o cancelamento do preço registrado antes da convocação para Assinatura da Ata de Registro de Preços para que fique desobrigado de contratar com a Administração.

b) Ainda na hipótese prevista no subitem 11.14.2, quando não aceitas as razões do pedido de cancelamento, o Município poderá aplicar as penalidades previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente.

11.15 – A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos nos itens acima será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.16 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – A não utilização do registro de preços será admitida no interesse da Administração e nos casos em que as aquisições se revelarem antieconômicas ou naquelas em que se verificarem irregularidades que possam levar ao cancelamento do registro de preços.

12.2 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

12.3 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12.4 – A presente Ata, assim como as eventuais alterações ou aditamentos, terão sua eficácia condicionada à publicação dos seus extratos e começará a vigorar a partir das respectivas assinaturas.

12.5 – A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, caso ocorram quaisquer dos casos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

previstos nos arts. 77 e 78 da Lei 8.666/99 e alterações posteriores.

12.6 – Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de Registro de Preços, fica eleito o Foro da Comarca de Sobradinho – RS, com renúncia de quaisquer outros ainda que privilegiados.

E por estarem as partes justas e acertadas assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

ARMANDO MAYERHOFER
Prefeito

EMPRESA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO VIII



Katieli Schírlei Petzold

**CONTROLE POPULACIONAL DE ANIMAIS DE RUA POR MEIO DE ESTERILIZAÇÃO
CIRÚRGICA NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/RS**

Sobradinho
2021



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESUMO

Considerando que o descontrole da natalidade de cães de rua pode causar sérios riscos à saúde pública este projeto visa a esterilização destes animais cirurgicamente (castração) por ser o método mais eficaz para o controle populacional e zoonoses.

Os animais peridomiciliares estão mais vulneráveis à zoonoses (doenças transmitidas entre animais e seres humanos) como a raiva e a Leishmaniose que, inclusive já foi constatada em nosso município.

Ataques de cães a pedestres, ciclistas e motociclistas também são frequentemente relatados como um importuno à população sobradinhense. Além disso, animais que vivem nas ruas estão à mercê de maus tratos, atropelamentos, fome e sofrimento decorrentes do descaso da sociedade.

Sendo assim, este projeto tem como foco principal minimizar os problemas inerentes à superpopulação de cães, promovendo o equilíbrio entre saúde pública e bem estar do animal através de castrações de fêmeas que vivem nas ruas estendendo àqueles de propriedade de famílias de vulnerabilidade econômica.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	33
2 OBJETIVOS.....	34
2.1 Objetivo geral	34
2.2 Objetivos específicos.....	34
3 JUSTIFICATIVA.....	35
4 METODOLOGIA	38
4.1 Método cirúrgico de esterilização.....	38
4.1.1 Tipo de anestesia	38
4.2 Critérios de seleção de animais a serem atendidos	38
4.3 Critérios de seleção de veterinários.....	39
4.4 Estimativa de custos para castrações.....	41
5 CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS.....	43



1 INTRODUÇÃO

A superpopulação de animais de estimação, principalmente cães, é um problema que afeta, em maior ou menor intensidade, todos os bairros de nosso município, oferecendo riscos à saúde humana, à segurança pública, à saúde animal e ao meio ambiente. Isso ocorre porque o número de animais existentes é muito maior que o número de lares disponíveis para acolhê-los.

Buscando uma solução imediata frequentemente se recorre ao uso de anticoncepcionais injetáveis, a popularmente conhecida “vacina anti-cio”. Este medicamento é bastante utilizado por ter um baixo custo e não necessitar de nenhuma prescrição de médico veterinário. O que muitas pessoas não sabem, é que há um período adequado para a aplicação deste medicamento; porém mesmo sendo administrado na época e momento certo, essa medicação pode trazer graves consequências para a saúde de sua mascote. Estas injeções têm duração de cerca de seis meses. Então, para evitar, de fato as gravidezes e, conseqüentemente a superpopulação, o animal teria que ser submetido a uma grande carga de hormônios ao longo de toda sua vida.

Não raramente as pessoas aplicam esses produtos quando o animal já está no cio (fase na qual já não há mais efeito esperado do medicamento) ou quando as fêmeas já apresentam prenhez para interromper a progressão da gestação.

Os veterinários garantem que pelo menos 80% de fêmeas tratadas com anticoncepcionais desenvolvem piometra (infecção de útero) que pode levar o animal a morte, além de outras complicações como tumores de mama, tumores em ovários, doenças endócrinas, hiperplasia mamária e morte fetal, o que pode inclusive trazer sérios riscos ao animal prenhe, necessitando de uma cesariana de emergência.

Estes contraceptivos são substâncias sintéticas denominadas de progestágenos. Dentre eles, o mais vendido é o Promone-E, largamente comercializado e utilizado no Brasil. A própria bula do medicamento aponta tais contraindicações.

Como o medicamento é vendido sem receita, qualquer proprietário pode adquirir, sendo comum aplicar em qualquer período fora da fase adequada, aumentando ainda mais os efeitos maléficos deste hormônio.

Vários estudos desenvolvidos sobre esse assunto provaram que o custo-benefício dos anticoncepcionais para animais não é compensatório e, hoje a cirurgia de castração é indicada.

As fêmeas esterilizadas não entram em cio iminuindo a possibilidade da formação de grupos de animais e minimizando a ocorrência de brigas, agravos a humanos e transmissão de



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

enfermidades.

Sendo assim, o processo de esterilização cirúrgica é reconhecido como a forma mais eficaz e eficiente, seja por uma questão de saúde pública ou por questões de bem estar animal, uma vez que tal processo é um fator que contribui de forma importante para o controle populacional dos animais e depende diretamente da sociedade. Longe de serem valores antagônicos ou inconciliáveis, são interesses que se vinculam e que se voltam a um mesmo fim.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Minimizar os problemas inerentes à superpopulação de cães abandonados e/ou desassistidos pela sociedade sobradinhense, promovendo uma melhoria da saúde pública, o bem estar do animal e a diminuição do abandono.

2.2 Objetivos específicos

- Utilizar o procedimento de castração cirúrgica em fêmeas caninas peridomiciliadas ou de proprietários com baixas condições financeiras para impedir a procriação natural destes animais e atingir um controle populacional dessas espécies;
- Diminuir transtornos causados por cães nas ruas, como atropelamentos, acidentes de trânsito, ataques à pedestres, propagação de sujeira, barulhos e transmissão de doenças.
- Atender as necessidades básicas (alimentação e abrigo) dos cães recolhidos temporariamente até serem encaminhados para adoções responsáveis.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3 JUSTIFICATIVA

Os hábitos inadequados de manutenção e a procriação descontrolada de animais domésticos ocasionam um excessivo número de cães, tornando-os indesejados, seja por aspectos estéticos, ambientais ou pela presença de grupos de animais abandonados, tornando um grave problema de saúde pública.

Diante disso, este projeto se justifica para ampliar o trabalho que já vêm sendo realizado de forma bastante limitada pelas entidades de proteção animal e protetores independentes do nosso município, que até agora custeia todas as suas despesas com recursos advindos de doações e vendas de brechó e artesanato.

Estima-se que exista mais de trinta e cinco mil cães no município de Sobradinho. Por se tratarem de animais de gestação em torno de 60 dias, com grande potencial de produção de proles numerosas devido ao rápido amadurecimento sexual reprodutivo, que geralmente ocorre entre o 6º ao 8º mês de vida, o excesso de cães retrata um problema sério até que medidas de controle e prevenção da reprodução sejam implantados.

É importante justificar que, associado ao crescimento populacional destes animais torna-se mais suscetível o surgimento de problemas de ordem sanitária, com consequentes impactos socioeconômicos e ambientais, como zoonoses, acidentes de trânsito causados por animais errantes, poluição fecal, poluição sonora, dentre outros.

As zoonoses são resultantes do alto contingente populacional de animais mantidos sem controle, sem cuidados de prevenção de doenças e em más condições de vida. Assim, em função do risco da procriação desenfreada, a diminuição do número de cães abandonados é de grande importância para promover o controle de doenças.

No âmbito das zoonoses incluem-se doenças que são causadas por bactérias, vírus, parasitas e fungos. Dependendo da doença, ela pode ser transmitida de várias maneiras. Algumas causam apenas sintomas leves, facilmente diagnosticáveis e tratáveis. Outras, porém, podem ser fatais tanto para o animal quanto para o ser humano.

Dentre as zoonoses menos graves, porém mais comuns estão: a) a sarna sarcóptica que se trata de uma doença parasitária causada por um tipo determinado de ácaro que vive em cães. O ácaro penetra na pele ocasionando lesões semelhantes a picadas de mosquito e apresentam intensa coceira. A transmissão se dá através do contato direto com o animal ou com objetos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

contaminados; b) a febre maculosa que trata-se de uma doença causada por uma bactéria presente no carrapato. Normalmente, os animais de estimação são os responsáveis por transportar os carrapatos contaminados para perto de seus proprietários ou pessoas do convívio. Porém, a transmissão efetiva para o homem se dá apenas com a picada do carrapato infectado por um período fixo na pele de 5 a 20 horas; c) doenças intestinais que são causadas por diferentes tipos de parasitas; d) micoses que são doenças de pele causadas por fungos. (SAÚDE ANIMAL, 2016).

Dentre as zoonoses mais graves e preocupantes estão a Raiva e a Leishmaniose. Inclusive, no ano de 2016 foi diagnosticado e confirmado um caso de Leishmaniose em um cão no município de Sobradinho. Antes de ser diagnosticado, o cão vinha sendo tratado em uma clínica veterinária, mas sem apresentar melhoras. Ele então foi levado a Caxias do Sul, para o exame de punção de linfonodo, que confirmou a doença. Por não haver cura – somente tratamentos paliativos –, a alternativa foi a eutanásia. (CORRÊA, 2016).

Leishmaniose é o nome dado a um conjunto de doenças infectocontagiosas, zoonóticas, que acometem homens e animais. Ainda hoje é um grave problema de saúde pública em nosso país, e no mundo. É uma doença de notificação compulsória no Brasil. Sua transmissão se dá através de pequenos mosquitos que se alimentam de sangue. São mais comumente encontrados em locais úmidos, escuros e com muitas plantas. (CANAL DO PET, 2016).

A doença pode acometer mamíferos silvestres e domésticos. Os cães e roedores são os reservatórios primários do agente. Por sua vez, os cães são considerados um dos principais reservatórios, por conta da sua proximidade com o ser humano (BEZERRA, 2015).

A Raiva, por sua vez, é uma infecção viral mortal transmitida para seres humanos a partir da saliva de animais infectados, geralmente por uma mordida. Os principais transmissores são os animais silvestres, como morcegos, gambás e macacos, que contaminam cachorros, gatos e humanos de forma acidental. (CANAL DO PET, 2016).

Diante deste cenário a proposta deste projeto assume uma atitude responsável ao considerar que a principal causa do abandono dos animais, que coloca em evidência essas doenças acima referidas, é o descontrole populacional. Pelo processo de esterilização evita-se o nascimento de crias indesejadas, contribuindo, pois, para diminuir a tendência do número de animais abandonados e expostos à doenças transmissíveis ao homem. Conclui-se, portanto, que o combate eficaz contra zoonoses, e a consequente proteção da saúde humana, somente é possível se houver um controle da população de animais que vivem nas ruas, através de um controle de natalidade e, quanto possível, o recolhimento desses animais doentes para serem tratados e, posteriormente,



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

serem encaminhados à adoção. Sendo assim, este auxílio do poder público municipal será de suma importância para alcançar uma abrangência maior de atendimentos em nosso município.



4 METODOLOGIA

4.1 Método cirúrgico de esterilização

Uma das medidas mais eficazes para controle populacional de cães é a castração, procedimento seguro, muito comum nos consultórios veterinários. Nas fêmeas, é possível retirar só o útero ou só os ovários, embora o procedimento mais comum seja a retirada de ambos. (KOSACHENCO, 2017).

Como a puberdade dos animais muda de acordo com seu porte, a idade pode variar, mas, geralmente, com quatro meses as fêmeas caninas já podem passar pela cirurgia. Este método de esterilização é uma cirurgia muito comum feita com rapidez por veterinários. No entanto, como envolve anestesia, sempre há riscos. Para evitar problemas, o especialista sugere que os proprietários escolham locais credenciados ao CRMV/RS. Como se trata de um procedimento cirúrgico, não pode ser feito em ambulatório ou outros locais.

4.1.1 Tipo de anestesia

O tipo de anestesia indicada para a realização destas castrações é a *anestesia inalatória*, pois trata-se de uma anestesia mais segura para o animal, porque o controle sobre ela é maior. O veterinário consegue acompanhar a profundidade do rebaixamento da consciência e a quantidade de fármaco fornecida a cada instante. Além disso, o paciente recebe oxigênio diretamente via sonda orotraqueal. Caso haja uma parada respiratória, o veterinário pode ventilar o paciente mecanicamente, não deixando o organismo entrar em hipóxia (baixo nível de oxigênio). Além disso, o retorno anestésico é mais rápido do que uma anestesia injetável. (BATISTA, 2019).

4.2 Critérios de seleção de animais a serem atendidos

Para selecionar os animais a serem atendidos pelo projeto de castrações deverá levar-se em consideração certas prioridades, atendendo as áreas de maior incidência de zoonoses, de maior incidência de agressões por animais, com maior densidade populacional animal e com maior incidência de solicitações de resgates, priorizando sempre atender animais que vivem nas ruas,



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

sem dono ou de famílias de baixa renda residentes no município de Sobradinho/RS. Para isto, deverá seguir-se tais prioridades:

1º) Fêmeas caninas comunitárias: ou seja, que vivem na rua e estão sempre passíveis de ficarem prenhas, pois não têm ninguém responsável pela aplicação de contraceptivos ou por prendê-las em local seguro de machos.

2º) Vulnerabilidade econômica comprovada: considera-se como comprovantes de vulnerabilidade econômica, o documento de inscrição no CADASTRO ÚNICO (O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza). Também serão considerados os comprovantes de renda que demonstrem que o tutor receba até um salário mínimo por mês; ou que a renda familiar seja de até 3 salários mínimos mensais no total.

3º) Animal com problemas de saúde: caso a cadela possua algum problema de saúde que possa ser agravado caso venha a ficar prenha.

4º) Pátio do tutor não é cercado: a cadela fica preso e/ou solta no pátio em local onde qualquer outro cão tenha acesso (pátio sem cerca ou com cerca deficitária).

5º) Pátio cercado, mas tem contato com macho no pátio: o pátio é cercado, porém, a cadela fica exposta aos outros machos que estão dentro do próprio pátio e não são castrados.

6º) Idade: As cadelas mais jovens terão prioridade.

7º) Ordem de inscrição: Para desempate ou nos casos em que a situação não se encaixar em nenhum dos itens, serão contemplados os requerentes que tiverem se inscrito primeiro.

4.3 Critérios de seleção de veterinários

A fim de assumir uma postura ética e justificar o seu caráter seletivo, evitando a vulgarização do ato cirúrgico e um eventual desconforto entre os profissionais da classe médico-veterinária, a Prefeitura Municipal de Sobradinho irá realizar uma licitação modalidade Pregão para a realização das castrações, exigindo que o veterinário contratado se comprometa com os valores licitados até o final da execução do projeto, bem como com os requisitos solicitados no edital.

Vale ressaltar que os valores propostos **deverão cobrir todos os custos diretos e indiretos** referentes ao objeto licitado, **incluindo os custos de medicações pós-operatórias e custos de transporte de busca e devolução do animal dentro do perímetro urbano do município de Sobradinho/RS**, já que o profissional veterinário é que deverá responsabilizar-se por



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

este transporte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

4.4 Estimativa de custos para castrações

Atualmente as entidades de proteção animal e protetores independentes de nosso município pagam, em média R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) cada castração de fêmea canina. Este valor pode ter oscilações para mais ou para menos de acordo com o peso do animal.

Diante desta estimativa, pretende-se realizar o procedimento de esterilização cirúrgica em cerca de 25 (vinte e cinco) fêmeas caninas mensais, iniciando os procedimentos em março de 2021, considerando que, este número é estimado, já que alguns meses poderão ser castrados mais animais enquanto outros, menos.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

5 CONCLUSÃO

As entidades de proteção animal e protetores independentes do município de Sobradinho trabalham em prol dos animais desamparados e desassistidos pela sociedade, realizando voluntariamente diversos atendimentos à animais doentes, machucados, atropelados e abandonados, tratando suas enfermidades, realizando esterilização cirúrgica para contribuir com o controle populacional e, conseqüentemente reduzir o número de doenças que podem ser transmitidas aos seres humanos, que posteriormente são encaminhados para adoção responsável.

Vale ressaltar que ações beneficentes à causa animal são praticadas há anos, porém, diante da grande demanda, o trabalho que vem sendo realizado é quase insignificante devido às limitações financeiras das entidades.

Portanto, através deste projeto as entidades de proteção animal e protetores independentes buscam o apoio do Poder Público Municipal para ampliar estas ações, que contribuirão para a melhoria da saúde pública e bem-estar animal.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

REFERÊNCIAS

BATISTA, Thais. *Anestesia para cachorro*: conheça os tipos e as indicações. Disponível em: <<https://www.petz.com.br/blog/cachorros/anestesia-para-cachorro-conheca-os-tipos-e-as-indicacoes/>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

BEZERRA, Claudia de Carvalho Falci. *Leishmaniose*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/doencas/leishmaniose/>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

CANAL DO PET. *Raiva canina*: transmissão, sintomas e como tratar a doença. Disponível em: <<http://canaldopet.ig.com.br/cuidados/saude/2016-07-21/raiva-canina.html>>. **Acesso em: 14 ago. 2019.**

CORRÊA, Eloisa. *Sobradinho tem caso confirmado de Leishmaniose*. Disponível em: <http://gaz.com.br/conteudos/regional/2016/12/25/86461-sobradinho_tem_caso_confirmado_de_leishmaniose.html.php>. Acesso em: **14 ago. 2019.**

KOSACHENCO, Camila. *Zero Hora*: Tire suas dúvidas sobre castração de cães e gatos. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/vida/noticia/2017/04/tire-suas-duvidas-sobre-castracao-de-caes-e-gatos-9763003.html>>. **14 ago. 2019.**

OLIVEIRA, Andréia A. Pasternak de. *Os perigos do uso de anticoncepcionais em cadelas e gatas ("vacina anti-cio")*. Disponível em: <<http://www.gazetadacidade.com/colunistas/soul-animal/os-perigos-do-uso-de-anticoncepcionais-em-cadelas-e-gatas-vacina-anti-cio/>>. **14 ago. 2019.**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SOBRADINHO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
